

## **A construção de uma cidadania antirracista: uma reflexão histórica e metodológica da educação a partir de 1981**

Gabriely Silva Zeferino<sup>1</sup>

Rafael dos Santos Vieira<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Este artigo tem como objetivo apresentar, uma reflexão histórica e metodológica acerca da conscientização cidadã e antirracista na História da República Brasileira contemporânea. Destaca-se a discussão sobre a formação cidadã na história da educação no Brasil, adentrando na questão sobre a identificação étnica-racial do cidadão brasileiro a partir de 1981 e a importância da construção de uma cidadania antirracista na contemporaneidade. Não obstante, se torna importante refletir também sobre o processo histórico da relação entre a política brasileira e a população preta, e a garantia dos direitos étnico-raciais.

Palavras-chave: Cidadania. Educação. Movimentos Sociais.

### **ABSTRACT**

This article aims to present a historical and methodological reflection on citizen and anti-racist awareness, in the history of the Brazilian Republic in contemporary times. The discussion on citizenship formation in the history of education in Brazil stands out, taking up the issue of the ethnic - racial identification of Brazilian citizens as from 1981, and the importance of building an anti - racist citizenship in contemporary times. However, it is also important to reflect on the historical process of the relationship between Brazilian politics and the black population, and the guarantee of ethnic - racial rights.

Keywords: Citizenship. Education. Social

### **Introdução**

Cidadania é um termo que percorre o tempo histórico desde os gregos, tendo o seu emprego na sociedade se tornado algo ambíguo à medida que seu significado englobou ética, moral e valores. Como julgar a cidadania empregada no período colonial mediante os ensinamentos da época, e, diante dessa discussão, como entender a cidadania em uma sociedade dita republicana e democrática em que não se conceituam claramente os termos: cor e raça na formação de seus indivíduos pela via da educação.

Ao longo da História do Brasil, o homem brasileiro viveu e vive uma estranheza com relação ao seu próximo, o que pode ser comprovado pelo fato de que os cidadãos negros estavam nos principais episódios históricos que caracterizaram a formação da sociedade brasileira. Tal raciocínio pode ser comprovado no fato de que as descrições que constroem uma narrativa histórica sobre os negros, em sua maioria, são contadas pelos brancos, e, através de análise estatística, se observa que, na prática, os negros pouco tiveram o pleno direito de acesso

---

<sup>1</sup> Graduada em História, na modalidade de Licenciatura pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Email: [gabbybh99@gmail.com](mailto:gabbybh99@gmail.com)

<sup>2</sup> Graduado em História, na modalidade de Licenciatura pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Email: [rafael730@gmail.com](mailto:rafael730@gmail.com)

à educação, direito esse explícito, no ano de 1943, na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Logo, o acesso ao conhecimento não deve ser restringido aos cidadãos considerados privilegiados para reafirmar mecanismos de opressão, mas popularizar o conhecimento, para que todos os cidadãos possam ter acesso aos saberes educador e histórico.

O saber pode se tornar um símbolo de mudança, à medida que a educação constrói um conhecimento histórico bem consolidado no educando, e mostra que a reflexão é a meio mais eficaz para se romper o sistema. Neste momento, os processos de colonização do poder passam a ser questionados e a discussão acerca da raça na sociedade brasileira, se torna uma ferramenta de conscientização na superação das ignorâncias que sobrepõem o racismo estrutural. De tal forma, o papel da população negra na História do Brasil perpassa gerações pelo símbolo das Resistências Negras, pois é através da resistência que, historicamente, os problemas sociais e históricos dos negros são resolvidos, e perante essa mesma perspectiva, na qual a análise de um cenário em período de redemocratização da república demonstra que o conceito de escravidão, cor e raça ainda não estavam esclarecidos, gerando consequências para a contemporaneidade.

Refletir sobre a temática antirracista, diante da sociedade brasileira, é importante para entendermos as raízes do preconceito racial no Brasil, mesmo que, em determinados períodos históricos, a temática se encontre invisível no cenário social, dessa forma, não há como apreender uma vasta discussão sobre o antirracismo sem uma análise empírica. Da mesma forma, é necessário resgatar dados históricos para compreender uma sociedade a qual pertenceu.

Os movimentos sociais, desde a redemocratização da república, se colocaram na linha de frente de uma batalha entre a política e a sociedade brasileiras, e, a partir do trabalho feito nesses movimentos, em que os negros e negras do Brasil se alocaram na luta emancipatória pelos direitos civis e políticos, se pode pensar nos benefícios dessas mudanças para as gerações futuras. Porém, a mudança não pode acontecer sem uma revolução dos saberes educacionais, levando em conta como a educação pode se aproximar da popularidade sem deixar o seu modelo europeu. São questões que podemos levantar ao final de uma longa discussão sobre a construção de uma cidadania antirracista diante da educação e história brasileira.

## **A construção de uma cidadania antirracista: uma reflexão histórica e metodológica da educação a partir de 1981**

Na história da educação, se observa um pensamento social de uma superioridade da razão, ou seja, o saber científico se torna o principal motivo de um processo educador, porém, a crítica nem sempre é a melhor aliada do indivíduo, pois em épocas de censura, cada palavra dita pode se tornar uma arma para o opressor. Tal ideia pode ser vista na História do Brasil, a partir de 1981, que tem esse sentido de rompimento com o opressor, de forma que todas as áreas sociais fossem atingidas com as mudanças pós-ditadura. Portanto, a educação não fica de fora dessas mudanças, de tal forma que a reflexão colocada no centro de debate é a importância de sua construção voltada para todos.

As reformas educacionais pertencem à realidade brasileira desde o Imperialismo, logo, em 1891, em que a Constituição estabelecia ao Estado a obrigatoriedade de criação de ensino superior e secundário. Sem especificações claras de público e privado, a Constituição de 1891 somente ordenou a tarefa de aberturas de escolas, e conseguiu iniciar um processo de implantação de conhecimentos europeus no país, rompendo, vagarosamente, com o latim dos Jesuítas. De tal forma, as escolas formariam na sociedade brasileira o significado da importância das ocupações de cargos nas instituições escolares, independente da comprovação do grau de instrução, mesmo sendo, a maioria, professores advindos de formações no exterior.

No período que durou de 1981 a 1985, as pesquisas de educação, realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não incluíram em seu escopo de perguntas a determinação de cor/raça dos seus entrevistados. Nesse período, havia a importância de se entender que a quantidade de homens e mulheres escolarizados se sobrepunha à da aprendizagem e a identificação racial dos cidadãos brasileiros, notando-se que os vestígios da ditadura continuaram dentro da sociedade brasileira em grande escala, e, principalmente, dentro da política nos primeiros anos da redemocratização da república.

De acordo com o IBGE, no período de 1986 até 1987, a taxa de analfabetismo permaneceu alta entre os pretos. Podemos apontar também, um alto número de cidadãos autodeclarados pardos, aumentando a certeza de que a falta de reconhecimento, no que tange à cor e raça deles, o que evidencia que esse assunto ainda não era inserido dentro do debate educacional e social. Sobre isso, o autor Cunha Júnior (2001) destaca que o sistema educacional brasileiro nega a existência de um “racismo à brasileira”. Para o autor, “É produzido um sistema de dominação e opressão [...], sistema que reduz absurdamente o acesso

aos bens sociais para nós afrodescendentes e limita as possibilidades de expressão cultural e política.” (CUNHA JÚNIOR, 2001, p. 6).

Fato é que a compreensão das Instituições Educacionais sobre as temáticas negras somente será colocada em prática e ampliada após os anos 2000, através de mudanças da legislação educacional e da demonstração de que a luta do movimento negro se mostra significativa na luta pelos direitos civis. Ainda é importante lembrar que os racismos produzem justificativas de sua existência e elaboram uma cultura que prevê a sua preservação (CUNHA JÚNIOR, 2001, p. 13).

**Tabela 1 - Taxa de Analfabetismo por cor / raça no período de 1986 – 1987**

ANO	COR / RAÇA			
	Branco	Pardos	Pretos	Amarela e Sem Declaração
1986	13,5 %	31,8 %	34,7 %	6,8 %
1987	13,8 %	32,3 %	31,6 %	9,2 %

Fonte: Indicadores Sociais da Educação em 1986 - 1987 v. 1.

Conforme observado na tabela acima, a porcentagem de cidadãos analfabetos autodeclarados pretos é maior no ano de 1986. Porém, cabe analisar os indicadores sociais que levaram os cidadãos à autodeclaração da cor/raça pardos ou a não declaração, pois, considerando o cenário social da época, podemos concluir que a falta de incentivo político para a conscientização negra acabou influenciando nas pesquisas governamentais e, da mesma forma, é visto uma distorção da realidade, diante das pesquisas empíricas das instituições governamentais.

A mesma pesquisa de indicadores sociais da educação, do ano de 1986, aponta que a porcentagem de cidadãos amarelos ou sem declaração, que são alfabetizados, se concentra no índice de 93,2%, seguido da população branca, com 86,5%, parda, com o índice de 68,2%, tendo, por último, a população preta, com a porcentagem correspondente a 65,3%, demonstrando ainda que, no período de um ano (1986 - 1987), a diferença média percentual dos indicadores na pesquisa é de 0,02%. Cabe ressaltar que, nesse período, poucas mudanças educacionais ocorreram e a população preta continuou à mercê da falta de acesso à educação para todos. Isso se deve a outro indicador da pesquisa, mostrando que a faixa etária com maior

taxa de analfabetismo está entre os pardos e pretos com 7 - 9 anos. Enquanto isso, 86% dos brancos encontram-se alfabetizados mediante a formação básica.<sup>3</sup>

As taxas de analfabetismo e alfabetização, do ano de 1986, apontam uma disparidade social na educação, que pode ser vislumbrada atualmente. De acordo com os dados apontados pelos Indicadores Sociais da Educação do IBGE (1986 - 1987), a taxa de alfabetização da população branca e amarela (ou sem declaração) é superior à alfabetização da população parda e preta nas faixas etárias desde a educação básica. Na tabela abaixo, podemos identificar a desigualdade social e educacional desde a redemocratização da república. Os dados representam a realidade do acesso à educação com qualidade no ano de 1986, bem como o alto índice de cidadãos brasileiros que não autodeclararam a sua identificação étnica-racial.

**Tabela 2 - Taxa de Analfabetismo/Alfabetização por faixa - etária e cor/raça no ano de 1986**

FAIXA - ETÁRIA	ALFABETIZAÇÃO				ANALFABETISMO			
	Brancos	Pardos	Pretos	Amarela e Sem Declaração	Brancos	Pardos	Pretos	Amarela e Sem Declaração
7 a 9 anos	72,2%	43,1%	45,7%	77,6%	27,8%	56,9%	54,3%	22,4%
10 a 14 anos	92,3%	74,9%	73,2%	92,1%	7,7%	25,1%	26,8%	7,9%
15 anos e mais	87,1%	70,3%	66,0%	94,6%	12,9%	29,7%	34,0%	5,4%
16 anos e mais	86,8%	69,8%	65,6%	94,5%	13,2%	30,2%	34,4%	5,5%
18 anos e mais	86,4%	68,5%	64,3%	94,5%	13,6%	31,5%	35,7%	5,5%
20 a 24 anos	94,1%	83,0%	80,9%	97,6%	5,9%	17,0%	19,1%	2,1%
25 anos e mais	84,2%	63,4%	59,2%	93,9%	15,8%	36,6%	40,8%	6,1%

Fonte: Indicadores Sociais da Educação em 1986 - 1987 v. 1.

Os dados demonstram como as desigualdades educacionais das raízes brasileiras apresentam uma sociedade marcada pela discriminação racial, haja vista que a preocupação em se discutir a relação étnica-racial se inicia somente no século XXI. Até os anos 90, a presente discussão era pouco vista nos espaços brasileiros, contribuindo para a fusão das práticas discriminatórias que chegam à contemporaneidade. Logo, teremos a construção de saberes com

<sup>3</sup> Os dados estatísticos informados foram retirados da pesquisa censitária do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 1981 - 1987. Dossiê elaborado pelo Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais do IBGE com o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento no ano de 1990. Coordenado por: Olga Lopes da Cruz.

o amparo do movimento negro brasileiro, porém mesmo com a garantia da presença de ilustrações sobre o movimento negro no livro didático, a mentalidade de ensino ainda se coloca em um cenário de construção da emancipação negra na consciência histórica, visto que abertamente não se poderia discutir a relação étnico-racial, nos ambientes escolares públicos e particulares.

As reformas educacionais estão ligadas à pressão política externa da época na economia, de tal forma que, na perspectiva política, a construção de uma educação para todos os brasileiros se pautava na importância dos investimentos advindos do exterior. O resultado de pressões políticas, como por exemplo, o agrupamento de defensores por uma educação igualitária e principalmente os direitos educacionais, conquistados com a promulgação da Constituição Federal de 1988, somente serão vistos claramente a partir do primeiro governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010). Ademais, o que veremos no cenário brasileiro é uma instabilidade econômica e política que toma os centros das atenções, deixando em segundo plano os investimentos das reformas educacionais, já vislumbradas no período da redemocratização da república.

A preocupação com a educação, nos primeiros governos da redemocratização da república, se pauta em uma discussão de formação profissional dos educandos brasileiros. O que se entende nesses primeiros anos pós-redemocratização é que a educação para todos iria atender as classes populares à medida que essas classes se vinculam ao projeto político governamental, baseado em uma política desenvolvimentista. Ou seja, o jovem de classe média baixa não precisaria se preocupar com os estudos, à medida que o governo garantiria as ofertas no mercado de trabalho.

Mesmo com as poucas mudanças ocorridas no período de 1995 a 2002 na área educacional, em termos circunstanciais, a criação de políticas públicas para a educação nesses primeiros anos de democracia não foi cumprido, haja vista que a modernização das grandes cidades se torna uma importante estratégia política e econômica para nos tornarmos um país industrial, como por exemplo, o que ocorreu em São Paulo e Rio de Janeiro. Os governos democráticos pós 1990, têm a sua relevância educacional no sentido de recuperar a memória histórica do ideal de Brasil na formação do cidadão, é nessa discussão, portanto, que a reflexão precisa perpassar sobre o papel do negro na reconstrução do saber educacional em um regime democrático.

No ano de 2010, a porcentagem de cidadãos brasileiros autodeclarados pretos correspondia a 7,6% da população brasileira da época, contra 6,2% no ano de 2000. Nessa mesma discussão, é necessário ressaltar que os brasileiros autodeclarados pardos concentram uma grande porcentagem da população brasileira, sendo que no ano de 2010, o percentual da população brasileira autodeclarada parda era de 43,1%, contra 38,5% no ano de 2000.<sup>4</sup>

O censo demográfico do IBGE publicado em 2010, que apresenta uma comparação de dados do período de 2000-2010, também aponta que a taxa de analfabetismo entre os cidadãos brasileiros, acima dos 10 anos de idade, permanece alta entre a população preta. No ano de 2010, o percentual se concentrava em 56,8%, enquanto no ano 2000 a população preta analfabeta correspondia a 74,4%. Enquanto isso, a taxa de cidadãos pardos e brancos analfabetos, no ano de 2010, correspondia respectivamente a 57,3% e 42,8%, e no ano 2000, a 73,2% e 56,6%.<sup>4</sup> A alta taxa de analfabetismo, principalmente entre a população preta, demonstra a realidade da discussão dos cidadãos que, mediante a desigualdade social, conseguiam realmente o acesso à educação, bem como a relação entre educação e trabalho, tendo em vista que muitos educandos abandonaram os estudos em anos anteriores ao ano 2000.

Os marcadores sociais da metodologia de pesquisa estatística da educação demonstram o aprofundamento da falta de reconhecimento e conscientização da população brasileira, no que tange as questões de raça e gênero. Nessa mesma discussão, podemos apontar a falta de políticas públicas de inclusão da população afro-brasileira desde os anos 2000, período no qual investimentos na educação para diminuição da taxa de analfabetismo estiveram em alta, exemplo disso, foi à criação da Educação de Jovens e Adultos (EJA), com o objetivo de proporcionar aos cidadãos que abandonaram os estudos a conclusão de sua formação básica, através da alfabetização, do ensino fundamental e médio, aumentando o índice de escolaridade da população brasileira.

O resultado da criação de políticas públicas de acesso à educação nos anos 2000 pode ser visto na pesquisa censitária de 2010, pois mesmo com um grande número de cidadãos pardo-pretos analfabetos ou com a formação básica, a taxa de cidadãos pretos com graduação, no ano de 2010, chegou a 8,4%, ou seja, os negros ocuparam espaços que, em tempos

---

<sup>4</sup> Dados retirados do Censo Demográfico do IBGE do ano 2010. Dossiê elaborado com dados coletados no período de 2000 - 2010 sob o indicador social de educação e deslocamento.

ditatoriais, não tiveram acesso. E, da mesma forma que houve um aumento de pretos graduados, também se percebeu um aumento na condição socioeconômica desses cidadãos.<sup>5</sup>

Para Akkari (2001, p. 164), desde o começo do século passado, o desenvolvimento do sistema educacional brasileiro vem sendo marcado por relações conflitantes entre diferentes grupos sociais. A desigualdade está enraizada na sociedade brasileira através de uma política republicana que favorece os latifundiários e da construção de um país que pouco proporciona oportunidade de formação humana e profissional e pouco tem a oferecer para a diminuição da desigualdade social. A condição de pobreza, bem como a falta de acesso à educação de qualidade, possibilita o crescimento de uma desigualdade do norte ao sul, perpassando pelo campo econômico, político e social. Em outras palavras, a elite consome uma educação cujo ensino é particular e a rede pública, por sua vez, sofre por problemas estruturais sejam eles de nível material ou hierárquico. O resultado disso é um sistema educativo fragmentado, organizados em redes disparates, dificilmente comparáveis entre si (AKKARI, 2001, p. 166). Portanto, se torna necessária a criação de políticas públicas eficazes, principalmente no campo da educação, que historicamente nunca foi proporcionada de forma eficaz aos educandos brasileiros. Segundo Akkari (2001, p. 186), mais do que nunca, o Estado deve estar presente na organização desse sistema.

É preciso destacar a vulnerabilidade social da população negra brasileira ao longo do tempo histórico, pois mesmo com a redemocratização da república, a população preta se encontrou condicionada ao trabalho braçal em comparação a população branca. Ainda é importante destacar o impacto do discurso neoliberal na educação. Para Akkari (2001), o discurso neoliberal atual sobre a educação é elitista, ele justifica as desigualdades sociais e o triunfo dos mais fortes e culpa os mais pobres e os docentes (AKKARI, 2001, p. 186). Torna-se necessário olhar para um passado marcado pela desigualdade social e educacional, pois mesmo com as ações afirmativas para diminuir as desigualdades, a população negra e jovem sempre esteve a mercê de uma sociedade pautada no racismo estrutural, com jovens negros morrendo sem motivo, num processo histórico que dizima a população negra.

A História do Brasil Republicano não apresenta uma educação progressista em nenhum período histórico, somente mudanças que foram importantes para a condição socioeconômica dos cidadãos e retirada deles da pobreza. O processo de desenvolvimento econômico sempre

---

<sup>5</sup> Dados retirados do Censo Demográfico do IBGE do ano 2010. Dossiê elaborado com dados coletados no período de 2000 - 2010 sob o indicador social de educação e deslocamento.

esteve à frente do desenvolvimento educacional, mediante um universo cultural e social, nas quais as próprias autoridades federais em nenhum momento se preocuparam em optar por escolas enquanto instituições sociais. Mesmo com a abertura para a discussão racial e de gênero, a última década da História da Educação no Brasil se mostra um sistema de discriminação e uma dicotomia social.

### **Cidadania e educação: a consciência de um imaginário social**

A política neoliberalista tem como objetivo a diminuição dos gastos públicos e transferir a maior quantidade possível de fundos para o sistema capitalista. No Brasil, desde a década de 90, governos federais vêm expandindo, sucessivamente, a política neoliberal no território brasileiro, fazendo da nossa cultura social e política, uma cidadania moldada na liberdade econômica e em ideias políticas, que em nada se assemelham às práticas democráticas de uma República.

Em tese, o Brasil não caminhou, na História Republicana, para o desenvolvimento dos países avançados no período de 1990 a 2000. De tal forma, os fatores econômicos, sociais e políticos não encaminharam a nação ao desenvolvimento, porém a época representou para a sociedade brasileira um imaginário de inserção em um processo de modernização. O sistema político demonstrou que o avanço somente ocorreria através da industrialização e do mercado do trabalho, o que na prática não aconteceu, principalmente, em razão da pobreza da nação brasileira durante o período .

As consequências da abertura do poder público ao setor privado podem ser vistas na História da Educação Brasileira no período republicano, pois o capitalismo moderno ressignificou as práticas políticas e sociais da sociedade, e mostrou que as relações sociais e o cotidiano da sociedade evidenciaram um movimento do campo para a cidade, principalmente em razão do processo de industrialização e da configuração do trabalho como algo valioso, ocasionando o aumento do abandono escolar, haja vista que o planejamento sobre o futuro se pautava no mercado de trabalho. Segundo Ferreira (1993), a relação entre capital e trabalho com o Estado era conflituosa, pois:

O início da nossa industrialização presenciou o surgimento de um operariado que aprendeu a caminhar alheio ao Estado. Durante algum tempo, ele soube fazer isso contando apenas consigo mesmo, visto que o Estado ainda não se dera conta do seu novo papel de mediar o conflito entre capital e trabalho. O Estado, tornando-se mais

independente em relação às forças internas, tentava criar instituições com normas mais gerais que pudessem atender o conjunto da população. (FERREIRA, 1993, p. 210).

O Estado Brasileiro nunca obteve uma autonomia plena sob as relações de trabalho. Na década de 90, a política liberalista ficou descaracterizada mediante a racionalidade do mercado, e cidadania somente estava sendo exercida através das negociações entre os governos e os representantes dos sindicatos estatais, não havendo, na realidade, o princípio do mercado na sociedade brasileira. Assim, a quebra do poder dos sindicatos, para as autoridades políticas da época, seria uma vitória, à medida que não se vislumbrava uma força dos movimentos sociais a favor da garantia dos direitos trabalhistas.

As parcerias entre o público e o privado na educação neoliberalista, historicamente, demonstram que o interesse privado no âmbito educacional se comporta nos interesses políticos. Os investimentos neoliberais na educação se constroem na perspectiva do desenvolvimento da pesquisa científica para atender os interesses do setor privado, repassando para a sociedade brasileira, no geral, uma imagem de que através do sistema educacional neoliberal, os jovens e crianças do país teriam mais oportunidade de acesso a uma educação igualitária, superando os problemas do setor público.

A implementação de um Estado Neoliberal no sistema educacional significa restringir o acesso à proteção social, o que faz com que os cidadãos periféricos passem a não ter a garantia constitucional de acesso à educação, à medida que não podemos afirmar que esses formatos de educação chegariam a todos os pontos territoriais do país. Logo, a gestão democrática deve garantir o acesso à educação para todos os cidadãos brasileiros, independente da sua cor/raça ou condição social, por meio da educação pública, que tem a função histórica de garantir a formação básica aos cidadãos.

Na política externa brasileira, o processo histórico nos apresenta diversas tentativas de atração dos investimentos externos nas áreas sociais brasileiras. A perplexidade social mostra uma lista de fatores que levou a implantação de uma educação liberal no território brasileiro, deixando em segundo plano a aprendizagem cultural, dando importância para um conhecimento de aprendizagem técnica no desenvolver racional de um estado que impõe leis restritivas à educação.

O papel social do Estado, das crenças e ideias políticas, e principalmente dos determinantes culturais para a formação educacional do cidadão, é garantir uma formação cidadã que demonstre a importância social dos educandos na sociedade, assim, pensar uma

formação capitalista em um país de conflitos econômicos não é o melhor método para se consolidar tal formação. A estratégia capitalista implantada nos governos: Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2003), Itamar Franco (1993 - 1995) e Fernando Collor (1990 - 1992), somente demonstraram que as consequências de uma falta de planejamento na implantação capitalista, podem ocasionar desempregos e instabilidade econômica, sendo que a proteção social e garantia dos direitos básicos dos cidadãos deveriam ser prioridades, como por exemplo, acesso à uma educação pública de qualidade.

A mudança para um cenário que desvaloriza a educação pública se pauta na conscientização de uma população sem acesso à história de suas origens. Em termos históricos, não basta combater a violência pela força e não pela educação. E, nesse mesmo pensamento, é necessário construir um instrumento de conhecimento para a mudança da condição social e política do país, sem repetir os erros do passado.

### **A cidadania antirracista para a contemporaneidade**

Quando se foca na construção de uma cidadania antirracista, é necessário destacar a importância da filósofa Djamila Ribeiro no cenário brasileiro. A escritora, feminista e pesquisadora sobre o movimento e o feminismo negros na sociedade brasileira, busca compreender o lugar de fala da população negra, dentro de uma sociedade marcada pela desigualdade social, a objetificação dos corpos negros e a violência contra as mulheres negras, tornando, enquanto objeto central dos estudos acadêmicos, a importância de refletir sobre as vivências negras em um cenário social marcado, principalmente, pela violência social. Compreender o lugar de fala da população negra faz parte, com isso, de uma construção antirracista, no qual “o primeiro entendimento é que falar sobre racismo no Brasil é, sobretudo, fazer um debate estrutural. É fundamental trazer a perspectiva histórica e começar a relacionar escravidão e racismo, mapeando as suas consequências.” (RIBEIRO, 2019, p. 9).

As consequências do sistema de ensino brasileiro nas últimas décadas atuam na construção de um corpo cidadão, que não reconhece as dores da escravidão no Brasil Colonial. Os historiadores podem se considerar com parte de culpa nesta história pois a negação dos prejuízos causados pela não inclusão dos negros escravizados na educação pós Constituição do Império em 1824, possibilitou que, em anos posteriores, o ideal político republicano ignorasse a instrução da população negra brasileira.

Além disso, o pensamento de que a escravidão no Brasil foi mais branda em comparação a outros países demonstra que as raízes do preconceito da sociedade brasileira se encontram no pensamento de que o negro não pertence ao corpo cidadão da sociedade. As posturas e práticas antirracistas devem ser o principal fundamento na formação do cidadão brasileiro e a mudança acontecerá quando o racismo estrutural for discutido nos espaços públicos, de modo democrático e conscientizado sobre as suas mazelas para a população negra, e no momento que a participação da população negra nos espaços de poder passar a ser uma realidade para a política brasileira e não somente estatísticas.

Para iniciar a conscientização sobre a construção de uma cidadania antirracista, é necessário debater o mito da democracia racial na historiografia brasileira, e que a referida temática chegue aos ambientes escolares, pois obras como *Casa Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, são relevantes para compreendermos o ideal de racismo nos distintos tempos históricos a fim de não romantizar o cenário social de formação da escravidão no Brasil. Pensar o antirracismo também é compreender as ações afirmativas através dos poderes públicos e as verdadeiras informações sobre a igualdade de gênero e o papel da mulher negra no mercado de trabalho. Temáticas essas que deveriam ser trabalhadas desde a educação básica da história republicana.

A abertura de espaço para a negritude ocasiona mudanças significativas na condição social e racial da população negra. Então, se torna necessário fazer da formação cidadã um espaço de quebra dos estigmas (e estereótipos) que historicamente permeiam esse grupo social, utilizando as artes como forma de conscientização cultural e ampliando a visibilidade da cultura negra na sociedade brasileira. Se a população negra corresponde a 56% da população brasileira, as políticas públicas que proporcionam a igualdade de oportunidades se tornam algo que vai além da dívida histórica dos brancos com os negros, mas uma posição social para que não seja naturalizada a condição do negro na sociedade. (RIBEIRO, 2019, p. 33)

Reconhecer os erros racistas também faz parte da construção de uma cidadania antirracista, pois o cidadão começa a enxergar a desigualdade social e racial que permeia o cotidiano da sociedade brasileira. Dessa forma, o mercado de trabalho reconheceria a capacidade profissional da população negra, bem como a sua grande contribuição através da grande narrativa de luta contra a violência e a favor da busca pelos direitos da construção de uma cidadania que garanta autonomia e igualdade de oportunidades. (SCHWARCZ; STARLING; 2018, p. 499). As argumentações dos movimentos sociais se mostraram

importantes para a pressão social sob a política republicana, desde a década de 80. O ideal revolucionário se apresentou nas ruas brasileiras com o decorrer do tempo histórico, ademais, o combate à violência ocasionada pelo racismo estrutural esteve excluído pelas autoridades militares, evidenciando que o genocídio negro somente pode ser aniquilado pela própria população negra.

Outro ponto de discussão sobre a construção de uma cidadania antirracista é o questionamento sobre o mundo globalizado no qual estamos inseridos, ou seja, questionar o sistema capitalista implantado no seio da nação e mostrar que a história na realidade, não é da forma como é contada. No sistema capitalista, as ações racistas podem apresentar subdivisões que a maioria da sociedade não tem conhecimento. Pequenas atitudes, ocasionadas pelo capital, se tornam uma prática discriminatória à medida que o consumo parte no imaginário da necessidade sem precisão, isso é, cabe a cada cidadão refletir sobre os seus modos consumistas que sustentam uma hierarquia econômica branca, e, da mesma forma, cabe a todos os cidadãos repensar essa atitude cultural que perpassa gerações.

O mais importante é a sociedade apoiar as ações educacionais afirmativas, pois a questão não é a capacidade intelectual de cada cidadão e educando do ensino público brasileiro, e sim a garantia das oportunidades de ensino através das ações afirmativas. Abrir espaço para a meritocracia é mostrar que as políticas públicas de combate à desigualdade racial não tiveram real efeito na sociedade, e por esse motivo se torna necessário o apoio a uma política que garanta a efetivação dessas políticas públicas. Enquanto tivermos um sistema eleitoral ineficaz e não nos preocuparmos com a alta taxa de analfabetismo da população negra nas últimas décadas, não poderemos cobrar pelas mudanças radicais que os movimentos sociais tanto reivindicam.

Os lugares de fala da população negra somente são percebidos à medida que o próprio movimento negro se torna um ato educador, “a ideia de raça deve ser problematizada, e o lugar de existência se passa pelo ator político realizado pelo movimento negro, que opera na construção de identidades étnico-raciais.” (GOMES, 2017. p. 21). Diante disso, se torna necessário extinguir o racismo estrutural, diante de uma ação conscientizadora de uma cidadania antirracista. A educação antirracista passa, então, pela visibilidade da questão étnico-racial, construindo uma nova história pautada na igualdade racial e “o processo dialético de respeito com o corpo negro, que o argumento central de inferiorização da população negra seja dizimado da sociedade brasileira”. (GOMES, 2017. p. 99).

Os grandes obstáculos para a construção de uma cidadania antirracista serão superados com o acesso à uma educação de qualidade, tendo como base a cultura e as artes como modelo de conscientização. Sem a naturalização da violência contra os negros, e com a ampliação do acesso intelectual dos leitores aos escritores negros, que demonstram a importância da luta contra o racismo estrutural, a sociedade brasileira poderá pensar em um futuro com respeito à diversidade e na compreensão de que mediante a conscientização, se pode chegar a um país desenvolvido.

### **Considerações finais**

É necessário investir nos estudos que abordam a condição social e educacional dos pretos no Brasil, e discutir o reflexo de mais de 300 anos de escravidão e também o papel do Estado que, por vezes, torna-se negligente. Cabe ainda ressaltar, a importância da criação da Lei 10.639, sancionada em 2003, pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que institui como obrigatória a inclusão no currículo escolar da temática: História e Cultura Afro-brasileira. Esse tipo de ato gera um significado que foca em romper com a linha racista que buscava apagar o negro da sociedade, limitando-o à escravidão.

Nos últimos anos, o movimento antirracista ganhou força em todo mundo. Entretanto, esse movimento não deve ser associado apenas a tragédias, sendo imprescindível lutar pela representatividade e direitos. Lamentavelmente, o Brasil, por se tratar de um país capitalista que não fornece oportunidades iguais para toda população, possui uma dívida histórica que está longe de ser paga à população negra. Por isso, é tão importante lutar contra um governo que busca retroceder em âmbitos educacionais, retirando os direitos já conquistados e os investimentos em educação, com a suspensão das cotas raciais e limitação de direitos sociais.

Dessa forma, a luta pela construção de uma cidadania antirracista perpassa por movimentos individuais e coletivos, e, neste imaginário, se torna necessário analisar a relação entre pretos e a educação que contempla toda uma complexidade marcada por antagonismos: inclusão e exclusão, esquecimentos, silenciamento, conquista, resistências e lutas. Como exposto anteriormente, buscamos contribuir para o debate de professores e estudantes da história da educação e das relações raciais no Brasil. Por último, destaca-se a importância dos movimentos antirracistas na construção de uma sociedade mais igualitária e humana, afinal, a educação não se delimita aos espaços formais. Vidas negras importam!

### Referências

- AKKARI, A. Desigualdades educativas estruturais no Brasil: entre estado, privatização e descentralização. **Revista Educação e Sociedade**. Campinas, v. 22, n. 74, p. 163-189, 2001.
- BARBOZA, R. As representações do negro e do índio nos livros didáticos brasileiros (1970-2000). **Revista Eletrônica Discente do Curso de História**, UFMA, v. 4, n. 1, ano 4, p. 362-374, 2020.
- CRUZ, Olga Lopes da. **Educação: indicadores sociais (1981/1987)**. Vol. 1. Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- CUNHA JUNIOR, H. Africanidade, Afrodescendência e educação. **Revista Educação em Debate**, Fortaleza, v. 2, n. 42, p. 5-15, 2001.
- DIEHL, Rodrigo Cristiano. Estado, neoliberalismo e educação pública. **Revista Eletrônica do Observatório do Estado Latino - Americano**: UFRGS, 23 set. 2018.
- FERREIRA, Nilda Teves. **Cidadania: uma questão para a educação**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.
- FIGUEIREDO, Luciano (Org.). **História do Brasil para Ocupados**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.
- FREITAS, Thyanne Tavares. Resenha: RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Feminismos Plurais). **Revista Horiz. antropol.** vol. 25 n. 54, 2019. Resenha da obra de: RIBEIRO, Djamila. O que é lugar de fala? Belo Horizonte: Letramento, 2017. (Feminismos Plurais).
- GENNARI, Adilson Marques. Globalização, Neoliberalismo e abertura econômica no Brasil nos anos 90. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 13, n. 1 (21), p. 30-45, 2001.
- GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro educador: saberes construídos nas lutas de emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.
- GUIMARÃES, C. A Educação no Brasil após a Redemocratização (1985-2002). **Revista Fundamentos**, v. 2, n. 1, p. 98-117, 2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010: Educação e deslocamento: Resultado da Amostra**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2000: Educação e deslocamento: Resultado da Amostra**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, L. **Nem preto, nem branco muito pelo contrário: cor e raça na sociabilidade brasileira.** São Paulo: Claro Enigma, 2012.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. STARLING, Heloisa Murgel. **Brasil: uma biografia.** 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato.** Rio de Janeiro: Leya, 2017.